

As Implicações do Processo de Capitalização de Juros na Rentabilidade das Operações de Microcrédito. Estudo de Caso da Txi microcrédito em Nampula (2022 – 2024)

Autor: Dr: Sumail Sumail Mussa

Co-autora: Professora doutora Sofia Ahamad de Jany Vasco

RESUMO

O presente estudo analisa as implicações do processo de capitalização de juros na rentabilidade das operações de microcrédito, tomando como estudo de caso a Txi Microcrédito, na cidade de Nampula, no período de 2022 a 2024. O objectivo geral consistiu em analisar de que forma a capitalização de juros implica na rentabilidade das operações de microcrédito, procurando compreender simultaneamente os seus efeitos financeiros e as suas implicações sociais. Especificamente, o estudo visou caracterizar o processo de capitalização de juros adoptado, identificar os factores determinantes da rentabilidade e interpretar a relação entre a capitalização de juros e os principais indicadores de desempenho financeiro. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e carácter explicativo, recorrendo ao estudo de caso como procedimento técnico principal, complementado por pesquisa bibliográfica. A recolha de dados envolveu entrevistas semiestruturadas, observação não participante e análise documental, tendo participado no estudo 10 colaboradores da instituição. Os dados foram tratados através da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados evidenciam que a capitalização de juros, particularmente sob o regime de juros compostos com periodicidade mensal, contribui positivamente para a rentabilidade institucional, reflectindo-se no Retorno sobre os Activos (ROA), no Retorno sobre o Capital Próprio (ROE) e na margem de lucro operacional. Contudo, a capitalização frequente eleva o custo efectivo do crédito, afectando a capacidade de pagamento dos mutuários e potenciando situações de inadimplência. Conclui-se que a capitalização de juros exerce um efeito ambivalente, reforçando a sustentabilidade financeira da instituição, mas colocando desafios à sua função social.

Palavras-chave: Capitalização, juros; Implicações; Microcrédito; Rentabilidade.

ABSTRACT

This study examines the implications of the interest capitalization process on the profitability of microcredit operations, using Txi Microcrédito, located in the city of Nampula, Mozambique, as a case study for the period between 2022 and 2024. The main objective was to analyze how interest capitalization affects the profitability of microcredit operations, considering both its financial effects and its social implications. Specifically, the research sought to characterize the interest capitalization process adopted by the institution, identify the key determinants of profitability, and interpret the relationship between interest capitalization and major financial performance indicators. Methodologically, the study is classified as basic research with a qualitative and explanatory approach, employing the case study as the primary technical procedure, complemented by bibliographic research. Data were collected through semi-structured interviews, non-participant observation, and document analysis, involving 10 institutional staff members. The data were analyzed using thematic content analysis. The findings indicate that interest capitalization, particularly under a compound interest regime with monthly capitalization, contributes

positively to institutional profitability, as reflected in Return on Assets (ROA), Return on Equity (ROE), and operating profit margin. However, frequent capitalization increases the effective cost of credit, affecting borrowers' repayment capacity and potentially increasing default risk. The study concludes that interest capitalization has an ambivalent effect, strengthening financial sustainability while simultaneously posing challenges to the social mission of microfinance institutions.

Keywords: Capitalization; Interest; Implications; Microcredit; Profitability.

Introdução

O microcrédito tem assumido um papel central nas estratégias de inclusão financeira e de promoção do desenvolvimento económico local, sobretudo em países em desenvolvimento, onde uma parte significativa da população permanece excluída do sistema bancário formal. Em Moçambique, as instituições de microfinanças desempenham um papel relevante no financiamento de actividades de subsistência, do comércio informal e de pequenos empreendimentos, contribuindo para a geração de rendimento e a redução da vulnerabilidade económica. Contudo, a sustentabilidade destas instituições depende, em larga medida, do desenho das suas práticas financeiras, com particular destaque para o processo de capitalização de juros.

A capitalização de juros influencia directamente o custo efectivo do crédito, a dinâmica da carteira e a evolução dos indicadores de rentabilidade institucional, como o Retorno sobre os Activos (ROA) e o Retorno sobre o Capital Próprio (ROE). Apesar da sua importância técnica e financeira, este processo levanta desafios relevantes do ponto de vista social, sobretudo em contextos caracterizados por baixos níveis de literacia financeira e rendimentos instáveis. Neste enquadramento, o presente estudo analisa as implicações do processo de capitalização de juros na rentabilidade das operações de microcrédito da Txi Microcrédito, na cidade de Nampula, no período de 2022 a 2024, procurando compreender os seus efeitos económicos e sociais, bem como as tensões existentes entre eficiência financeira e inclusão social.

Justificativa

A realização do presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre a relação entre capitalização de juros e rentabilidade das operações de microcrédito, num contexto em que as instituições de microfinanças enfrentam simultaneamente exigências de sustentabilidade económica e responsabilidades sociais. Em Moçambique, o microcrédito tem sido amplamente promovido como instrumento de inclusão financeira; contudo, persistem preocupações quanto ao impacto do custo efectivo do crédito sobre a capacidade de pagamento dos mutuários e ao risco de sobre-endividamento.

A capitalização de juros, embora constitua um mecanismo tecnicamente eficiente para reforçar as receitas e compensar riscos operacionais, pode agravar fragilidades económicas quando aplicada de forma intensiva e pouco ajustada à realidade socioeconómica dos clientes. Assim, torna-se relevante analisar empiricamente de que forma este processo influencia a rentabilidade institucional e, simultaneamente, condiciona a função social do microcrédito.

Do ponto de vista científico, o estudo contribui para o debate académico sobre microfinanças, ao articular indicadores financeiros com dimensões sociais, num contexto ainda pouco explorado pela literatura empírica nacional. Em termos práticos e institucionais, os resultados podem subsidiar a melhoria das políticas de capitalização, apoiar processos de tomada de decisão nas instituições de microcrédito e fornecer elementos úteis às entidades reguladoras, visando a promoção de um microcrédito financeiramente sustentável e socialmente responsável em Moçambique.

Problematização

O microcrédito tem sido amplamente promovido como instrumento de inclusão financeira e de estímulo ao empreendedorismo de pequena escala, particularmente em contextos marcados por informalidade económica e exclusão do sistema bancário tradicional, como é o caso de Moçambique. No entanto, a sustentabilidade das instituições de microfinanças e os impactos efectivos do microcrédito sobre os mutuários dependem, em larga medida, do desenho das práticas financeiras adoptadas, entre as quais se destaca o processo de capitalização de juros.

A capitalização de juros constitui um mecanismo central na definição do custo efectivo do crédito e na formação das receitas institucionais, influenciando directamente a rentabilidade das operações de microcrédito. Embora, do ponto de vista técnico-financeiro, a capitalização — sobretudo no regime de juros compostos e com periodicidade frequente — contribua para o reforço dos indicadores de desempenho económico, como o Retorno sobre os Activos (ROA) e o Retorno sobre o Capital Próprio (ROE), a sua aplicação em contextos socioeconómicos vulneráveis levanta questões relevantes de natureza social e ética. Em particular, a elevação do custo efectivo do crédito pode comprometer a capacidade de pagamento dos mutuários, aumentar o risco de inadimplência e agravar situações de sobre-endividamento, fragilizando a função social do microcrédito.

No contexto da cidade de Nampula, onde grande parte dos clientes das instituições de microcrédito apresenta rendimentos instáveis e baixos níveis de literacia financeira, a capitalização de juros assume contornos ainda mais sensíveis. Verifica-se, frequentemente, uma assimetria de informação entre instituições e mutuários, na qual o custo total do crédito e os efeitos cumulativos da capitalização não são plenamente compreendidos. Esta realidade coloca em causa a eficácia do microcrédito enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento económico e social, ao mesmo tempo que expõe as instituições a riscos financeiros decorrentes do incumprimento.

Deste modo, emerge a necessidade de problematizar de que forma o processo de capitalização de juros, enquanto prática financeira central, implica simultaneamente na rentabilidade institucional e na sustentabilidade social das operações de microcrédito. A questão central que se coloca é saber até que ponto a capitalização de juros contribui para a viabilidade económica das instituições sem comprometer a capacidade de pagamento dos mutuários e a missão de inclusão financeira que fundamenta o microcrédito no contexto moçambicano.

Objectivos

Objectivo Geral

- ✓ Analisar as implicações do processo de capitalização de juros na rentabilidade das operações de microcrédito da Txi microcrédito.

Objectivos Específicos

- ✓ Caracterizar o processo de capitalização de juros aplicado nas operações de microcrédito da Txi microcrédito, especificando a sua estrutura e periodicidade.
- ✓ Identificar os factores determinantes da rentabilidade nas operações de microcrédito, relacionando-os com a prática de capitalização de juros.
- ✓ Interpretar a relação entre capitalização de juros e rentabilidade, demonstrando os efeitos desta prática nos indicadores financeiros da instituição.

Revisão da Literatura

A revisão da literatura analisa criticamente os fundamentos conceptuais do microcrédito, o processo de capitalização de juros e os factores determinantes da rentabilidade, articulando abordagens financeiras e sociais. Evidencia-se a tensão estrutural entre sustentabilidade institucional e função social, destacando a capitalização de juros como eixo central dessa ambivalência.

Microcrédito: fundamentos conceptuais e evolução

O microcrédito tem sido amplamente reconhecido como instrumento de inclusão financeira, orientado para populações tradicionalmente excluídas do sistema bancário formal. Segundo Yunus (2006), consiste na concessão de pequenos empréstimos sem exigência de garantias reais, visando fomentar o autoemprego e a autonomia económica. Armendáriz e Morduch (2010) ampliam esta concepção ao enquadrá-lo como processo social sustentado por relações de confiança e solidariedade comunitária, distinguindo-o do crédito bancário convencional.

Contudo, abordagens mais recentes introduzem uma leitura crítica. Cull, Demirgüç-Kunt e Morduch (2009) e Banerjee e Duflo (2019) demonstram que os impactos do microcrédito na redução da pobreza são heterogéneos e dependentes do contexto institucional, do perfil dos mutuários e do desenho dos produtos financeiros. Bateman (2010), por sua vez, alerta para o risco de financeirização da pobreza,

argumentando que, em determinadas circunstâncias, o microcrédito pode perpetuar ciclos de subsistência sem promover transformação estrutural.

O presente estudo adopta uma perspectiva crítica-integrada, reconhecendo o microcrédito como mecanismo relevante para a inclusão financeira em Moçambique, mas rejeitando a visão determinista do seu impacto automático na redução da pobreza. Sustenta-se que os efeitos socioeconómicos dependem, em larga medida, da estrutura contratual, especialmente do regime de capitalização de juros adoptado.

Objectivos, tipologias e impactos do microcrédito

A literatura identifica três dimensões centrais do microcrédito: social, económica e institucional. Yunus (2007) enfatiza a erradicação da pobreza estrutural; Armendáriz e Morduch (2010) destacam o empoderamento feminino; e Ledgerwood (2013) sublinha a necessidade de sustentabilidade institucional para assegurar continuidade operacional.

No plano económico, o microcrédito pode estimular geração de rendimentos e dinamização de mercados locais (Yunus, 2006; Ledgerwood, 2013). Contudo, Banerjee e Duflo (2019) observam que os efeitos transformadores de longo prazo são limitados. No plano social, embora se reconheça potencial de empoderamento, D’Espallier, Guérin e Mersland (2013) alertam que os benefícios podem ser condicionados por dinâmicas de género e controlo intra-familiar do crédito.

A investigação compreende o microcrédito como instrumento multidimensional, cujo impacto deve ser avaliado à luz do equilíbrio entre inclusão social e sustentabilidade financeira. No contexto de Nampula, defende-se que os resultados sociais estão directamente associados à transparência e à estrutura dos mecanismos financeiros aplicados.

Processo de Capitalização de Juros

A capitalização de juros constitui elemento central na matemática financeira e na análise de operações de crédito. Gitman (2015) define-a como o mecanismo pelo qual os juros incidem sobre o capital inicial e, no regime composto, também sobre juros acumulados. Ross, Westerfield e Jaffe (2017) reforçam que a distinção entre juros simples e compostos tem implicações decisivas na valorização do dinheiro no tempo.

A periodicidade de capitalização representa variável crítica, pois quanto maior a frequência, maior será a taxa efectiva suportada pelo devedor (Assaf Neto, 2014; Brigham & Ehrhardt, 2016). Pequenas variações na periodicidade podem gerar diferenças significativas no montante final pago (Ross et al., 2017).

O estudo interpreta a capitalização de juros como variável estratégica, e não meramente técnica. Sustenta-se que, no contexto moçambicano, a discrepância entre taxa nominal e taxa efectiva constitui um factor determinante para a compreensão do custo real do microcrédito e da sua influência na rentabilidade institucional.

Implicações da Capitalização na Rentabilidade do Microcrédito

A literatura demonstra que o regime de juros compostos e a capitalização frequente tendem a aumentar a rentabilidade das instituições financeiras (Gitman, 2015; Brigham & Ehrhardt, 2016). No entanto, Banerjee e Duflo (2019) alertam que tais práticas podem elevar significativamente o encargo dos mutuários, comprometendo a capacidade de pagamento e potenciando inadimplência.

Ledgerwood (2013) defende que a eficácia do microcrédito depende do equilíbrio entre rentabilidade institucional e sustentabilidade social. Cull et al. (2009) acrescentam que os efeitos variam consoante o perfil do mutuário e o sector de actividade financiado.

A presente investigação assume que a capitalização de juros exerce efeito ambivalente: fortalece indicadores como ROA e ROE, mas pode fragilizar a função social do microcrédito quando aplicada de forma intensiva e pouco transparente. Defende-se que a sustentabilidade financeira deve ser articulada com critérios de justiça económica e adequação ao contexto socioeconómico local.

Factores Determinantes da Rentabilidade nas Operações de Microcrédito

A rentabilidade das operações de microcrédito resulta da interacção de múltiplos factores: taxa de juro praticada, frequência de capitalização, prazo da operação, regime de juros, nível de inadimplência e custos operacionais (Ledgerwood, 2013; Gitman, 2015). Taxas mais elevadas aumentam receitas, mas também ampliam risco de incumprimento (Brigham & Ehrhardt, 2016).

O prazo das operações influencia simultaneamente liquidez e risco (Robinson, 2001), enquanto o regime composto maximiza retorno financeiro, embora imponha encargos mais elevados aos mutuários (Assaf Neto, 2014).

A investigação sustenta que a rentabilidade no microcrédito moçambicano deve ser analisada de forma sistémica e multidimensional. Não se limita à taxa de juro nominal, mas incorpora capitalização, risco de incumprimento, estrutura de custos e contexto macroeconómico. Esta abordagem permite compreender a dinâmica específica da Txi Microcrédito em Nampula entre 2022 e 2024.

A revisão da literatura evidencia que o microcrédito opera numa tensão estrutural entre missão social e racionalidade financeira. A capitalização de juros emerge como eixo central dessa tensão, influenciando simultaneamente sustentabilidade institucional e custo efectivo do crédito.

A presente pesquisa posiciona-se entre duas correntes: rejeita tanto a visão celebratória do microcrédito como solução automática para a pobreza, quanto a visão puramente financeirizada centrada na maximização da rentabilidade. Defende-se uma abordagem contextualizada e equilibrada, em que a capitalização de juros seja compreendida como mecanismo legítimo de viabilidade institucional, mas sujeito a princípios de transparência, regulação e responsabilidade social.

Metodologia

A presente investigação assume uma natureza básica, por se orientar para a ampliação do conhecimento científico e para a compreensão teórica das implicações do processo de capitalização de juros na rentabilidade das operações de microcrédito, sem visar a aplicação imediata de soluções práticas. Segundo Gil (2019), a pesquisa básica tem como principal finalidade gerar novos conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para a consolidação de quadros teóricos explicativos.

Quanto à classificação, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que privilegia a interpretação de significados, percepções e discursos dos actores institucionais, permitindo compreender o fenómeno em profundidade e no seu contexto real (Minayo, 2014). A abordagem qualitativa revela-se particularmente adequada para estudos que analisam práticas financeiras e institucionais, pois possibilita captar

dimensões subjectivas e contextuais que não podem ser reduzidas a dados numéricos (Creswell, 2014).

Relativamente ao tipo de pesquisa, o estudo enquadra-se como explicativo, na medida em que procura identificar, analisar e explicar as relações existentes entre a capitalização de juros e a rentabilidade das operações de microcrédito. De acordo com Gil (2019), a pesquisa explicativa visa esclarecer os factores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenómenos, sendo apropriada quando se pretende ultrapassar a mera descrição e alcançar compreensão causal.

No que concerne aos procedimentos técnicos, adoptou-se o estudo de caso, tendo como unidade de análise a Txi Microcrédito, na cidade de Nampula, no período de 2022 a 2024. O estudo de caso permite investigar fenómenos contemporâneos inseridos em contextos reais, sobretudo quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidas (Yin, 2015). Este procedimento foi complementado por pesquisa bibliográfica, fundamental para o enquadramento teórico e para o diálogo entre a literatura científica e os dados empíricos (Lakatos & Marconi, 2017).

Os participantes do estudo foram constituídos por 10 colaboradores da instituição, seleccionados de forma intencional por estarem directamente envolvidos na gestão, execução e monitoria das operações de microcrédito. Segundo Minayo (2014), em pesquisas qualitativas, o critério de selecção privilegia a relevância informacional dos participantes, e não a representatividade estatística, sendo o número de sujeitos definido pela profundidade e saturação das informações recolhidas.

A recolha de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação não participante e análise documental. As entrevistas semiestruturadas permitiram combinar flexibilidade com direcionalidade temática, possibilitando aprofundar as percepções dos participantes (Kvale & Brinkmann, 2009). A observação não participante foi utilizada para compreender práticas institucionais no seu ambiente natural, sem interferência do investigador (Gil, 2019). A análise documental incidiu sobre relatórios internos, regulamentos e outros documentos institucionais, sendo considerada uma fonte relevante para complementar e triangular os dados empíricos (Cellard, 2012).

Para o tratamento e interpretação dos dados recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite organizar, categorizar e interpretar sistematicamente as informações, identificando padrões, sentidos e relações subjacentes aos discursos. Esta técnica mostrou-se adequada para analisar dados

qualitativos provenientes de múltiplas fontes, assegurando rigor metodológico e coerência analítica

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados sistematiza os dados empíricos recolhidos junto dos colaboradores da Txi Microcrédito, com base em categorias analíticas previamente definidas. Os resultados evidenciam práticas institucionais de capitalização de juros, factores de rentabilidade e impactos nos indicadores financeiros. Esta secção permite uma leitura estruturada das dinâmicas financeiras e sociais observadas no contexto de Nampula.

Enquadramento empírico e participantes

O estudo foi conduzido na Txi Microcrédito (E.I.), instituição de microfinanças localizada no Bairro de Napipine, Rua Nova Chaves, Cidade de Nampula, cujo foco operacional é a concessão de microcrédito a trabalhadores e micro e pequenos empreendedores no contexto urbano.

A análise qualitativa baseou-se em entrevistas semiestruturadas realizadas a colaboradores com funções directamente ligadas ao ciclo do crédito (supervisores e analistas de crédito, gestores de carteira, assistentes administrativos e um coordenador regional), complementadas por informação institucional e indicadores financeiros, visando uma leitura integrada das relações entre capitalização de juros e rentabilidade.

Estratégia analítica e categorização dos dados

Os dados foram tratados mediante análise de conteúdo temática, iniciando-se pela identificação de unidades de significado, codificação e agregação progressiva em categorias e subcategorias. Este procedimento permitiu captar regularidades, padrões discursivos e também eventuais divergências entre actores institucionais.

As categorias estruturantes foram: (i) Processo de capitalização de juros; (ii) Factores determinantes da rentabilidade; (iii) Relação entre capitalização e indicadores de rentabilidade (ROA, ROE e margem operacional), incluindo a dimensão de equilíbrio entre rentabilidade e função social.

Resultados por categorias e discussão crítica

Categoria 1: Processo de capitalização de juros nas operações de microcrédito

Os discursos revelam uma convergência quanto ao modelo adoptado: a Txi Microcrédito utiliza predominantemente juros compostos com capitalização maioritariamente mensal, entendida como mecanismo de previsibilidade de receitas, estabilidade da carteira e controlo do fluxo de caixa.

Emergem, porém, duas tensões empíricas relevantes: (a) a capitalização mensal é percebida como factor que aumenta o custo efectivo do crédito para os mutuários; (b) persistem limitações na compreensão das implicações cumulativas do regime de capitalização, sobretudo em clientes com baixa literacia financeira, o que fragiliza a protecção do consumidor e pode elevar riscos de sobreendividamento.

Do ponto de vista da teoria financeira, a predominância de juros compostos é coerente com o princípio do valor temporal do dinheiro e com a maximização do retorno efectivo (Gitman, 2015; Ross, Westerfield & Jaffe, 2017), convergindo com a racionalidade técnica invocada pelos entrevistados.

Todavia, a literatura de microfinanças problematiza a neutralidade social deste instrumento: a periodicidade de capitalização influencia directamente a taxa efectiva (Assaf Neto, 2014) e, em contextos vulneráveis, a intensificação de juros compostos pode ampliar encargos e agravar o risco de sobreendividamento (Armendáriz & Morduch, 2010; Ledgerwood, 2013). Esta tensão aparece no próprio material empírico, quando os participantes reconhecem o aumento do custo efectivo e limitações de compreensão do cliente.

A pesquisa sustenta que a capitalização adoptada é tecnicamente consistente, mas socialmente sensível: a sustentabilidade institucional não deve ser perseguida de forma isolada. Defende-se reforço da transparência, melhoria comunicacional e diferenciação prudente do desenho do crédito conforme perfis de risco e capacidade de pagamento, para evitar que a eficiência financeira fragilize a missão de inclusão.

Factores determinantes da rentabilidade das operações de microcrédito

Os entrevistados interpretam a rentabilidade como fenómeno multifactorial, destacando: taxa de juro, custos operacionais, inadimplência e a interacção entre capitalização, prazos e custos.

A taxa de juro surge como principal fonte de receitas, mas é reconhecida como potencial pressão sobre a capacidade de pagamento, sobretudo quando combinada com capitalização frequente. Paralelamente, os custos operacionais e o incumprimento são apresentados como factores que podem reduzir ganhos e comprometer margens, exigindo monitoria e gestão do risco.

Estes resultados convergem com Ledgerwood (2013) e Cull, Demirgüç-Kunt e Morduch (2009) ao evidenciar que taxas relativamente elevadas se relacionam com custos operacionais e estrutura de risco do microcrédito, e com Gitman (2015) e Brigham e Ehrhardt (2016) ao enquadrar rentabilidade como equilíbrio entre receitas, custos e risco.

A divergência (ou, mais precisamente, a tensão analítica) emerge quando a instituição, para cobrir custos e risco, depende fortemente de taxa/ capitalização, podendo ampliar incumprimento e fragilizar sustentabilidade no médio prazo—um ponto compatível com a crítica de Armendáriz e Morduch (2010) e Bateman (2010), que alertam para a financeirização do microcrédito quando a lógica de rentabilidade se sobrepõe à inclusão. O estudo defende uma abordagem estratégica integrada: rentabilidade sustentável depende tanto da política de juros/capitalização quanto de eficiência operacional, gestão de risco e desenho do produto ajustado à realidade socioeconómica local.

Categoria 3: Relação entre capitalização de juros e indicadores de rentabilidade (ROA, ROE e margem operacional)

Os participantes reconhecem que a capitalização de juros exerce influência predominantemente positiva nos indicadores de rentabilidade, destacando efeitos favoráveis no ROA (eficiência na utilização de activos associados à carteira de crédito), no ROE (valorização do capital próprio) e na margem operacional, embora esta última dependa também do controlo de custos e do risco de inadimplência.

Simultaneamente, é explicitada uma tensão estrutural entre maximização destes indicadores e preservação da função social do microcrédito em contexto vulnerável.

Em convergência com Gitman (2015) e Ross et al. (2017), a evidência empírica sugere que juros compostos e capitalização favorecem o crescimento acumulativo de receitas e o retorno sobre activos/capital.

Contudo, a literatura alerta para uma leitura não linear: a margem operacional resulta de equilíbrio delicado entre receitas, custos e perdas por incumprimento (Ledgerwood, 2013). A intensificação do custo efectivo pode aumentar atrasos e inadimplência, o que pode “anular” parte dos ganhos de rentabilidade inicialmente atribuídos à capitalização—uma hipótese consistente com o reconhecimento empírico de que a margem não depende exclusivamente da capitalização, mas também de custos e risco.

Do ponto de vista social, autores como Yunus (2006), Bateman (2010) e Banerjee e Duflo (2019) sublinham a ambivalência do microcrédito: ganhos financeiros institucionais podem coexistir com agravamento de vulnerabilidades do mutuário quando o crédito se torna caro, pouco compreendido ou desalinhado da capacidade de geração de rendimento.

O estudo conclui que a capitalização implica positivamente a rentabilidade sob um prisma financeiro, mas não constitui um objectivo autónomo: a sustentabilidade institucional nas microfinanças moçambicanas exige compatibilização entre desempenho económico e salvaguardas sociais, sob pena de erosão da função de inclusão.

Conclusões e Recomendações

O presente estudo analisou as implicações do processo de capitalização de juros na rentabilidade das operações de microcrédito da Txi Microcrédito, em Nampula, no período de 2022 a 2024, articulando a dimensão económico-financeira com a função social das microfinanças. Os resultados evidenciam que a capitalização de juros constitui um elemento estruturante das operações, influenciando a formação das receitas financeiras, a dinâmica da carteira e a previsibilidade dos fluxos de caixa, com impactos directos no desempenho institucional.

Do ponto de vista financeiro, verificou-se que a capitalização predominantemente sob o regime de juros compostos e com periodicidade frequente contribui positivamente para a evolução dos principais indicadores de rentabilidade, nomeadamente o Retorno sobre os Activos (ROA), o Retorno sobre o Capital Próprio (ROE) e a margem de lucro operacional. Estes resultados convergem com a literatura financeira clássica, que associa a capitalização composta à maximização do retorno e à valorização do capital investido. Contudo, a investigação demonstra que a rentabilidade não decorre

exclusivamente da capitalização, resultando antes de uma interacção complexa entre taxa de juro, custos operacionais, estrutura de prazos e nível de inadimplência.

Os dados empíricos revelam que os custos administrativos e logísticos associados à gestão da carteira, bem como o risco de incumprimento, exercem pressão significativa sobre os resultados financeiros, podendo reduzir ou anular os ganhos inicialmente associados à capitalização. Esta constatação confirma a perspectiva de que a rentabilidade nas microfinanças é multifactorial e depende do equilíbrio entre receitas, custos e risco, não sendo sustentável quando assente exclusivamente no encarecimento do crédito.

No plano social, os resultados evidenciam uma tensão estrutural entre eficiência económica e inclusão financeira. A capitalização frequente, ao elevar o custo efectivo do crédito, tende a fragilizar a capacidade de pagamento de parte dos mutuários, sobretudo num contexto marcado por baixos níveis de literacia financeira e rendimentos instáveis. Tal situação potencia atrasos, incumprimentos e risco de sobre-endividamento, colocando desafios à missão social do microcrédito. Esta ambivalência reforça abordagens críticas que alertam para os riscos de uma sustentabilidade institucional baseada predominantemente na intensificação da capitalização, em contextos socioeconómicos vulneráveis.

Deste modo, conclui-se que a capitalização de juros implica de forma directa e significativa na rentabilidade das operações de microcrédito da Txi Microcrédito, mas não constitui, por si só, uma condição suficiente para assegurar uma rentabilidade sustentável e socialmente equilibrada. A sustentabilidade institucional exige uma abordagem integrada, na qual a política de capitalização seja articulada com uma gestão rigorosa dos custos, um controlo eficaz do risco de crédito e práticas institucionais transparentes e ajustadas à realidade dos mutuários.

Com base nestas conclusões, apresentam-se as seguintes recomendações. Para a Txi Microcrédito, recomenda-se a reavaliação do modelo de capitalização, ajustando a periodicidade e as condições de aplicação ao perfil socioeconómico dos clientes, de modo a equilibrar rentabilidade e capacidade de pagamento.

Sugere-se, igualmente, a redução da dependência da capitalização como principal fonte de rentabilidade, através da optimização dos custos operacionais e do reforço da eficiência administrativa. Adicionalmente, é fundamental fortalecer os mecanismos de análise e gestão do risco de crédito e investir em programas estruturados de educação

financeira, promovendo maior compreensão do custo efectivo do crédito e mitigando o risco de sobre-endividamento.

Para as entidades reguladoras, recomenda-se o reforço das directrizes relativas à taxa efectiva de juro e aos regimes de capitalização, bem como a intensificação da supervisão prudencial das instituições de microfinanças, com particular atenção à transparência contratual, à qualidade da carteira e aos níveis de inadimplência. Por fim, para futuras investigações, sugere-se o desenvolvimento de estudos quantitativos e comparativos entre instituições de microcrédito, bem como a incorporação da perspectiva dos mutuários, de modo a aprofundar a compreensão dos impactos económicos e sociais da capitalização de juros.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J. P. (2021). *Capitalização de juros e risco de crédito nas instituições de microfinanças em Angola* (Dissertação de Mestrado). Universidade Agostinho Neto, Luanda.
- Armendáriz, B., & Morduch, J. (2010). *The economics of microfinance* (2nd ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- Assaf Neto, A. (2014). *Matemática financeira e suas aplicações* (11.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2019). *Boa economia para tempos difíceis*. Lisboa: Temas e Debates.
- Bateman, M. (2010). *Why doesn't microfinance work? The destructive rise of local neoliberalism*. London: Zed Books.
- Brigham, E. F., & Ehrhardt, M. C. (2016). *Financial management: Theory and practice* (15th ed.). Boston: Cengage Learning.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Cull, R., Demirgüç-Kunt, A., & Morduch, J. (2009). Microfinance meets the market. *Journal of Economic Perspectives*, 23(1), 167–192. <https://doi.org/10.1257/jep.23.1.167>
- Cull, R., Demirgüç-Kunt, A., & Morduch, J. (2018). The microfinance business model: Enduring subsidy and modest profit. *The World Bank Economic Review*, 32(2), 221–244. <https://doi.org/10.1093/wber/lhx001>
- D'Espallier, B., Guérin, I., & Mersland, R. (2013). Women and repayment in microfinance: A global analysis. *World Development*, 39(5), 758–772. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2010.10.008>
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gitman, L. J. (2015). *Principles of managerial finance* (14th ed.). Boston: Pearson Education.

- Ledgerwood, J. (2013). *The new microfinance handbook: A financial market system perspective*. Washington, DC: World Bank.
- Mandlate, E. S. (2021). *Sustentabilidade financeira e risco nas instituições de microcrédito em Moçambique* (Dissertação de Mestrado). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14.^a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Robinson, M. S. (2001). *The microfinance revolution: Sustainable finance for the poor*. Washington, DC: World Bank.
- Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jaffe, J. F. (2017). *Corporate finance* (11th ed.). New York: McGraw-Hill Education.
- Schicks, J. (2013). The definition and causes of microfinance over-indebtedness: A customer protection point of view. *Oxford Development Studies*, 41(1), 95–116. <https://doi.org/10.1080/13600818.2012.744397>
- Yunus, M. (2006). *O banqueiro dos pobres: A revolução do microcrédito*. Lisboa: D. Quixote.